



Chico Vigilante pede agilidade na Justiça do Trabalho para resolução do impasse entre vigilantes e patrões na Campanha Salarial 2018



O deputado e diretor da CNTV, Chico Vigilante (PT) pediu uma resolução rápida no âmbito da Justiça do Trabalho para a decisão do impasse entre vigilantes e patrões na Campanha Salarial 2018. Neste 1º de maio, Dia dos Trabalhadores, a indefinição quanto à Convenção Coletiva de Trabalho deste ano completou cinco meses, uma vez que a data-base da categoria remonta a 1º de janeiro.

O principal temor é que o processo se arraste vários meses a fio, como ocorreu no ano passado, em que a justiça somente decidiu no mês de dezembro, sem conceder reajuste

retroativo a janeiro.

“É fundamental que o TRT, na pessoa de sua presidente, Maria Regina Machado Guimarães, agilize o processo dentro da Justiça. Os trabalhadores não podem ficar desamparados e perderem dozes dias de paralisação descontados injustamente, tendo em vista que a greve não foi considerada ilegal”, assevera.

De acordo com o deputado, os vigilantes estão tendo que recorrer a bicos para levarem algum sustento para a família. A situação ocorre no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e no Ministério dos Esportes em que as empresas contratadas não estão pagando os valores referentes ao auxílio alimentação para os vigilantes.

“Espero que os tomadores de serviço, como bancos, ministérios, órgãos federais, empresas privadas e o próprio Governo do Distrito Federal pressionem os empresários para que assinem a convenção coletiva de trabalho e respeitem os trabalhadores”, asseverou.

Os trabalhadores reivindicam a manutenção da sentença normativa de 2017, um reajuste de 3,1% na remuneração, reajuste de 6,8% no auxílio alimentação, manutenção do plano de saúde e abono dos dias parados.

Desconto de dias parados – Entre os meses de fevereiro e março, os vigilantes permaneceram em greve por 12 dias. Mesmo com a paralisação, os empresários não se dispuseram a negociar.

No dia 12 de março, a categoria suspendeu a greve a partir da promessa de retomada das negociações sob a intermediação da presidente em exercício do TRT, Maria Regina Machado Guimarães.

De acordo com o deputado, como a greve dos vigilantes, realizada em março, não foi considerada ilegal ou abusiva, as empresas devem pagar pelos dias parados.

Chico informou aos distritais que, até o momento, foram realizadas quinze reuniões no Ministério Público do Trabalho e duas audiências coordenadas pela presidente do Tribunal Regional do Trabalho. Todas sem acordo entre a categoria e os patrões.

“E até agora nenhuma proposta. Porque os empresários querem implementar a reforma trabalhista dentro da convenção coletiva. Essa é uma situação inaceitável porque será desemprego na certa”, avaliou.

Fonte: Chico Vigilante, deputado distrital (PT) e diretor da CNTV

2º Congresso CNTTL: Lideranças do movimento sindical e do ramo dos transportes destacam a importância da liberdade de luta e a luta pela democracia



O Diretor e Deputado Chico Vigilante representou a CNTV no Congresso

Confira as principais falas das lideranças dos modais de transportes, do movimento sindical cutista e dos parlamentares do campo democrático e popular, durante a abertura do 2º Congresso Nacional da CNTTL/CUT, realizada na noite de quarta-feira (25).

“O Lula é a maior liderança popular, melhor presidente da história da República, se prendem o Lula, o que eles são capazes de fazer com um de nós? “Não tem plano B. Lula simboliza

a esperança e nada mais é importante neste momento a sua liberdade e a sua candidatura, é um momento de legítima defesa”, **Arlindo Chinaglia, deputado federal (PT/SP).**

“A CNTTL é velha de guarda e vamos juntos avançar nas batalhas. Nosso papel é resistir e resistir. A direita preparou o golpe muito bem preparado com o objetivo muito claro: mudar a estrutura econômica desse país.

Fizeram isso com a reforma trabalhista, com a Lei da Terceirização, e agora querem acabar com a previdência. Importante que todos nós participemos dos atos do 1º de maio (Dia Internacional dos Trabalhadores), que será de resistência, luta e em defesa da liberdade de Lula”, **Onofre Gonçalves é presidente da CTB-SP.**

“É uma honra muito grande estar aqui no Congresso da CNTTL, entidade a qual já presidi. Esse golpe não foi patronal, mas foi o golpe do capital. Fora Temer, Lula Livre e Zé Dirceu Livre!, **Pedro Azambuja, Presidente do Sindicato das empresas aeroportuárias.**

“É importante a unidade da classe trabalhadora e a politização da nossa base. Temos uma tarefa árdua! Tenham um bom debate e saiam deste Congresso ainda mais encorajados”, **Rosilene Correia, dirigente da CNTE/CUT.**

“A luta dos trabalhadores passa pela liberdade de Lula e pelo respeito ao estado democrático de direito no país”, **Mariana Coelho, diretora da Contraf/CUT.**

“Estou honrada de ver mais companheiras nesta plenária. Isso significa que estamos avançando em outros campos no dia a dia. O ensino é a base de tudo, ele é libertador. Nosso ramo é o que move esse país e o desafio agora é trabalhar essa estrutura, preparar grandes mobilizações em defesa de nossos direitos, por Lula Livre! Temos que agir, logo e rápido”, **Mara Meiry, Secretária Nacional da Mulher da CNTTL.**

“A maioria dos transportes baiano está nas mãos dos trabalhadores que param este país. Pelo nosso protagonismo nas mobilizações, o tratamento que as instâncias nos dão não é merecido. Precisamos reagir e estaremos juntos com a CTB e a CUT para intensificar a luta pela liberdade de Lula”, **J-Carlos, presidente da Federação Norte Nordeste dos Rodoviários.**

“Nós estamos nos unindo cada vez mais e continuaremos a luta pela liberdade do nosso presidente Lula. Nós vamos vencer, somos trabalhadores brasileiros”, **Jerônimo, presidente da Federação dos Ferroviários.**

“É interessante que em cada banner deste Congresso tem lutas que nos unificam. O país está atendendo à uma agenda internacional, que vem trazendo retrocessos aos direitos da classe trabalhadora. Isso vem acontecendo também no Chile e na Argentina. Precisamos de um governo que faça esse enfrentamento, um governo forte é com Lula Livre”, **Sergio Dias, presidente da FENTAC/CUT.**

“Esse ambiente do nosso Congresso é uma forma vitoriosa e uma energia positiva neste movimento difícil que estamos vivendo hoje, no qual temos dúvida se teremos eleição. Outro desafio é respeitar o direito do povo escolher quem fará os destinos da nação. Todos sabemos que o golpe é em cima dos direitos dos trabalhadores e a luta pela democracia acumulou força, com um governo que tem a mais baixa popularidade da história. Temos um papel importante de fazer a politização dos trabalhadores. Nestes dois anos de golpe, a nossa vida melhorou? O emprego melhorou e a saúde melhoraram? É esse o debate que temos que fazer com os trabalhadores. Vamos à luta! Lula livre, Lula inocente e Lula presidente”, **Eduardo Guterra, vice-presidente da CNTTL e diretor da Executiva da CUT.**

“Chegamos em um ponto preocupante: vivemos em uma ditadura do judiciário. A gente precisa sair da fala e para o lado concreto com solidariedade real! Temos que parar o país para exigir a soltura do ex-presidente Lula, **Chico Vigilante, deputado distrital do PT/DF e dirigente da CNTV.**

Fonte: CNTTL

Emoção e homenagens a Daladier e Paulo Colombiano marcam solenidade de abertura do Congresso da CNTLL

Foram entregues pelo presidente da Confederação, Paulinho, placas comemorativas



Paulinho entrega placa do 29 Congresso da CNTLL para Chico Vigilante

O presidente da CNTLL, Paulinho, entregou no final da solenidade do 29 Congresso de abertura placas de lembranças para os presidentes dos sindicatos filiados, das Federações de Trabalhadores em Transportes dos setores aéreo, rodoviário, metroviário, ferroviário e portuário e para os representantes convidados da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), da CONTRAF (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) para UNE (União Nacional dos Estudantes). Parlamentares, como o deputado distrital Chico Vigilante, que também representava a CNTV (Confederação Nacional dos Vigilantes) também foi homenageado.

In memoriam

Homenagens também foram feitas ao saudoso, Daladier Nunes de Alencar, importante liderança do movimento sindical no ramo do transporte cutista. Ele faleceu em Salvador, no dia 20 de fevereiro de 2014, em razão de um ataque cardíaco.

Outro sindicalista homenageado foi Paulo Colombiano -- do Sindicato dos Rodoviários da Bahia. Há sete anos, ele e sua esposa foram covardemente assassinados e os crimes ainda continuam impunes.

Daladier e Colombiano, presentes!

Fonte: CNTLL

CNBB lança mensagem aos trabalhadores e trabalhadoras pelo 1º de maio

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou nesta segunda-feira, 30 de abril, a “Mensagem aos Trabalhadores e Trabalhadoras” por ocasião da celebração do Dia do Trabalhador neste 1º de maio. No documento, a entidade saúda os(as) trabalhadores do Brasil e, baseada na Doutrina Social e no Magistério da Igreja, lembra que o “trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência do ser humano sobre a terra”.

A mensagem, conclama os católicos e todas as pessoas de boa vontade a vencerem a tentação da indiferença e da omissão e a colocar-se decididamente ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras, assumindo a defesa de seus direitos e de suas justas reivindicações. Leia a íntegra do documento abaixo:

MENSAGEM DA CNBB AOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS 1º DE MAIO DE 2018

“O clamor dos trabalhadores chegou aos ouvidos do Senhor todo-poderoso” (Tg 5,4)

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -CNBB, fiel à sua missão profética, iluminada pela Palavra de Deus e pela Doutrina Social da Igreja, saúda os trabalhadores e trabalhadoras do Brasil que celebram o seu dia neste 1º de Maio. “Convencida de que o trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência do ser humano sobre a terra” (Laborem Exercens, 4), a Igreja coloca-se ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras em sua luta por justiça e dignidade, sobretudo, neste momento de prolongada crise vivida pelo Brasil.

O trabalho não é mercadoria, mas um modo de expressão direta da pessoa humana (cf. Mater et Magistra, 18) que, por meio dele, “deve procurar o pão cotidiano e contribuir para o progresso contínuo das ciências e da técnica, e sobretudo para a incessante elevação cultural e moral da sociedade, na qual vive em comunidade com os próprios irmãos” (Laborem Exercens, Intr.).

Além disso, recorda-nos o Papa Francisco, o trabalho humano é participação na criação que continua todos os dias, inclusive, graças às mãos, à mente e ao coração dos trabalhadores: “Na terra, há poucas alegrias maiores do que as que sentimos ao trabalhar, assim como há poucas dores maiores do que as do trabalho, quando ele explora, esmaga, humilha e mata” (Gênova, 2017). Com tão grande dignidade, o trabalho humano não pode ser governado por uma economia voltada exclusivamente para o lucro, sacrificando a vida e os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Ao Estado compete cuidar para que as relações de trabalho se deem na justiça e na equidade (cf. Mater et Magistra, 21). A solução para a crise, que abate o País, não pode provocar a perda de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. Nos projetos políticos e reformas, o bem comum, especialmente dos mais pobres, e a soberania nacional devem estar acima dos interesses particulares, políticos ou econômicos.

Conforme temos insistido em nossos pronunciamentos, solidários com os movimentos sociais, especialmente com as organizações de trabalhadores e trabalhadoras que sofrem com as injustiças, com o desemprego e com as precárias condições de trabalho, reafirmamos seu papel indispensável para o avanço da democracia, apoiamos suas justas reivindicações e os incentivamos a contribuir, em clima de diálogo amplo e manifestações pacíficas, para a edificação da justiça, da fraternidade e da paz no mundo do trabalho, sendo “sal da terra e luz do mundo”, segundo a Palavra de Jesus.

Neste 1º de maio, mais uma vez, conclamamos os católicos e todas as pessoas de boa vontade a vencerem a tentação da indiferença e da omissão, colocando-se decididamente ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras, assumindo a defesa de seus direitos e de suas justas reivindicações.

O Senhor nosso Deus, que “ama a justiça e o direito” (Sl 32,5), nos conceda a graça de construirmos juntos um país verdadeiramente justo e democrático.

São José Operário, cuja memória hoje celebramos, nos acompanhe com seu exemplo e intercessão.

Brasília-DF, 30 de abril de 2018
Cardeal Sergio da Rocha
Arcebispo de Brasília
Presidente da CNBB
Dom Murilo S. Ramos Krieger

Arcebispo de São Salvador da Bahia
Vice-Presidente da CNBB
Dom Leonardo Ulrich Steiner
Bispo Auxiliar de Brasília
Secretário-Geral da CNBB

Bancos fecham 2.226 postos de trabalho no primeiro trimestre de 2018

Caixa Econômica foi responsável pelo fechamento de 1.268 postos



Os bancos fecharam 2.226 postos de trabalho no Brasil, entre janeiro e março de 2018, de acordo com análise feita pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). São Paulo registrou 59,2% das admissões e 49,7% do total de desligamentos, apresentando o maior saldo negativo no emprego bancário no período analisado, com 495 postos fechados no mês. Depois de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná foram os estados que mais fecharam postos, com 411 e 294 postos fechados respectivamente.

A análise revela que a Caixa foi responsável pelo fechamento de 1.268 postos nos três primeiros meses do ano, devido ao “Programa de Desligamento de Empregados”, lançado em 22 de fevereiro, com prazo de adesão até 5 de março. Os “Bancos múltiplos com carteira comercial”, categoria que engloba o Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, foram responsáveis pelo fechamento de 1.011 postos no período.

“Os bancos adoram dizer em suas campanhas publicitárias que têm responsabilidade social. Mas, continuam gerando desemprego. Além de criar um problema para as famílias dos trabalhadores, esta política prejudica o comércio e a economia de uma forma geral, uma vez que os recursos que seriam recebidos pelos bancários deixam de circular”, disse Juvandira Moreira, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT). “Com isso, deixam de cumprir seu papel social. Ao invés de contribuir com o desenvolvimento econômico, não ajudam em nada o país a sair da crise”, completou.

Os bancos continuam concentrando suas contratações nas faixas etárias até 29 anos, em especial entre 18 e 24 anos. Foram criadas 2.368 vagas para trabalhadores até 29 anos. Acima de 30

anos, todas as faixas apresentaram saldo negativo (ao todo, -4.594 postos), com destaque para a faixa de 50 a 64 anos, com fechamento de 2.701 postos no período.

“Demitem trabalhadores mais experientes e contratam mais jovens, que ganham menos. Com isso, promovem o achatamento salarial e aumentam ainda mais os seus lucros, que já são astronômicos”, ressaltou a presidenta da Contraf-CUT lembrando que os cinco maiores bancos do país lucraram juntos R\$ 77,4 bilhões em 2017, um crescimento médio de 33,5%. O banco com o maior lucro em termos absolutos foi o Itaú Unibanco, com resultado de R\$ 24,9 bilhões em 2017 (alta de 12%). O segundo maior lucro foi do Bradesco (19,0 bilhões, com alta de 11,1%). O banco com o maior crescimento dos lucros foi da Caixa (alta de 202,6%), chegando a R\$ 12,5 bilhões. O lucro do Banco do Brasil cresceu 54,2% atingindo R\$ 11,0 bilhões no ano. No Banco Santander, o resultado cresceu 35,6% e chegou a praticamente R\$ 10 bilhões no ano.

Gênero

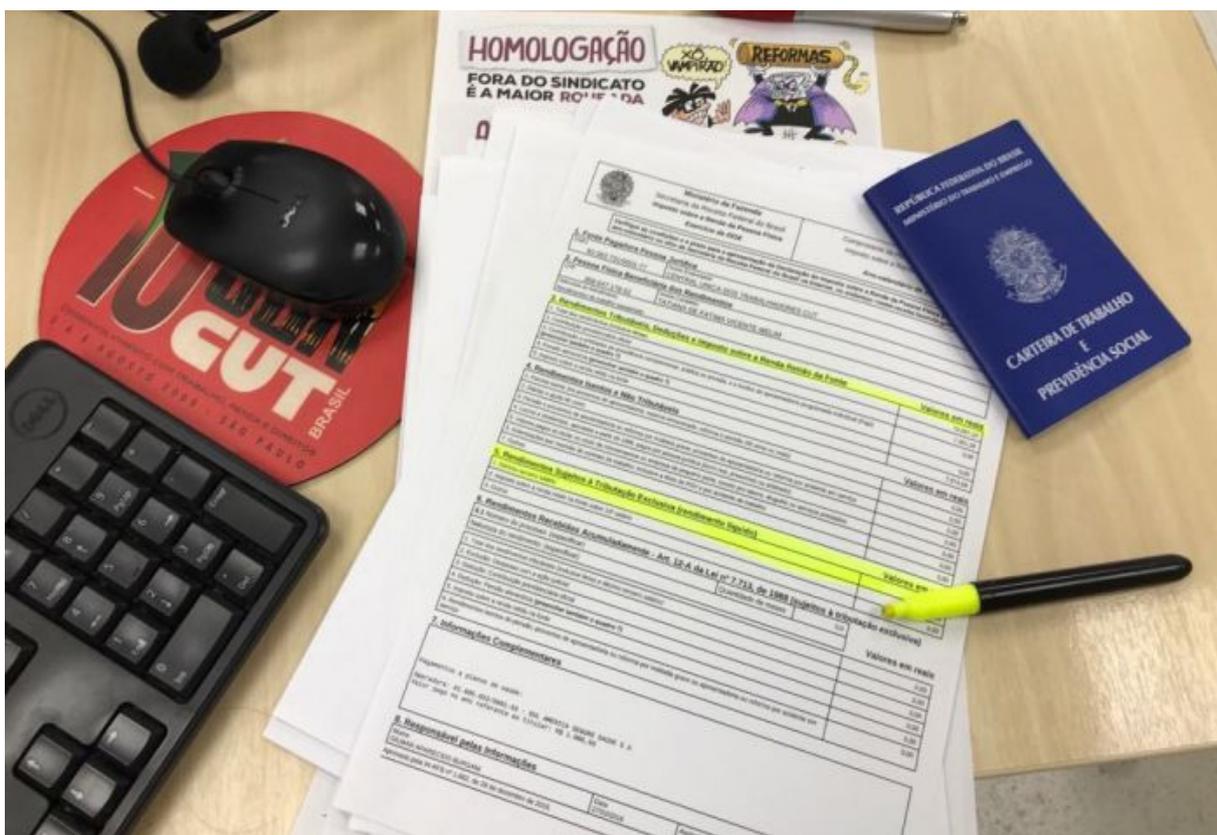
As 3.148 mulheres admitidas nos bancos entre janeiro e março de 2018 receberam, em média, R\$ 3.445,32. Esse valor corresponde a 74,4% da remuneração média auferida pelos 3.325 homens contratados no período. Constata-se a diferença de remuneração entre homens e mulheres também nos desligamentos. As 4.239 mulheres desligadas dos bancos recebiam, em média, R\$ 5.718,18, o que representou 76,6% da remuneração média dos 4.460 homens desligados dos bancos no período.

As demissões sem justa causa representaram 48,0% do total de desligamentos no setor bancário entre janeiro e março de 2018. As saídas a pedido do trabalhador representaram 44,7% dos tipos de desligamento. Nesse período foram registrados, ainda, 11 casos de demissão por acordo entre empregado e empregador. Essa modalidade de demissão foi criada com a aprovação da Lei 13.467/2017, a Reforma Trabalhista, em vigência desde novembro de 2017. Os empregados que saíram do emprego nessa modalidade apresentaram remuneração média de R\$6.595,09.

Fonte: Contraf-CUT

Mesmo com nova Lei, juiz do Trabalho decide que homologação é no sindicato

Acordo coletivo é uma das principais ferramentas para conseguir recuperar direitos que a nova legislação deixou de assegurar. Categorias iniciam as negociações do primeiro semestre a partir deste mês



A Lei trabalhista 13.467/2017, que entrou em vigor em novembro do ano passado, acabou com a obrigação das empresas de homologarem demissões nos sindicatos, mas tem juízes do Trabalho tomando decisões contra o que determina a nova lei, alegando que é preciso proteger os direitos trabalhistas dos demissionários.

Um desses juízes é Gilvandro de Lelis Oliveira, da 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto (SP). Em abril deste ano, ele proibiu a demissão de um trabalhador sem a anuência da entidade sindical

e determinou que a empresa cumpra a cláusula da Convenção Coletiva de trabalho assinada com o sindicato, exigindo que a homologação seja feita na entidade.

Para a secretária nacional de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, essa decisão comprova o acerto dos dois eixos da estratégia adotada pelos sindicatos filiados à Central: 1) ampliar a filiação dos trabalhadores e trabalhadoras aos seus sindicatos para garantir proteção dos direitos conquistados, como no caso da homologação feita na entidade sindical;

e, 2) avançar nos processos de negociação e não deixar retroceder acordos que já estavam firmados.

Antes da lei de Temer, lembra a secretária, era o sindicato que checava se os valores estavam corretos, se a empresa tinha alguma pendência com o trabalhador ou trabalhadora e, também, pedia documentos comprovando os depósitos na conta individual do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

“Isso garante que o trabalhador não receba menos do que é seu direito. Erros e omissões em rescisões são muito mais comuns do que muitos pensam”. “Aquilo que já tínhamos conquistado, não podemos deixar que sejam retirados nos processos de negociação”, diz Graça.

“Do ponto de vista de que o negociado é mais valorizado que o legislado, a negociação pode ir para cima, além do limite, mas pode também ir abaixo de zero. Nesse sentido, é muito importante não perder essa perspectiva da luta e união da classe trabalhadora,” alerta a secretária, lembrando que a organização e mobilização podem assegurar vitórias, como foi o caso do trabalhador de Ribeirão Preto, cujo sindicato [dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia de São Paulo – SindPD] tinha conquistado uma cláusula que lhe protegeu da perda de direitos.

“Nunca foi tão urgente e essencial a presença do trabalhador organizado, filiado e participativo na luta. Quando o trabalhador está ameaçado e desprotegido, quando o desemprego é cada vez maior, este é o momento de correr para o sindicato e fortalecer a entidade, para sair dessa crise através da unidade”.

Para o advogado da CUT, Eymard Loguércio, os sindicatos devem colocar na pauta das negociações a inclusão dos acordos coletivos de assistência para assegurar que trabalhadores e trabalhadoras tenham asseguradas algumas das garantias que foram extintas pelo legislativo

brasileiro, a mando do governo ilegítimo e golpista de Michel Temer (MDB-SP).

Ele reforça que a homologação é quando ocorre a conferência de valores, portanto, um momento muito importante para o trabalhador e, disse Eymard, “embora as negociações sejam difíceis, é um ponto que mostra para os trabalhadores a importância de participar da vida sindical”.

“Ao longo da história, muitos direitos foram garantidos por meio dos acordos coletivos, que começaram com as negociações entre sindicatos e patrões, para depois se transformarem em lei”, completou.

Eymard conta, ainda, que decisões importantes como esta do juiz da 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto (SP) repercutem entre os juristas.

“Esperamos que essa decisão reverbere positivamente em todo o país porque os juízes conversam entre si e divulgam, entre eles, as decisões tanto positivas como negativas. Mas esperamos que as positivas possam servir de parâmetro para outras decisões”.

O secretário nacional de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, apontou, ainda, que se a empresa não cumprir [a cláusula prevista em acordo coletivo] estará cometendo uma ilegalidade. A maioria das convenções prevê multa e o empregado tem de cobrar, explicou o dirigente, reforçando que o atual momento é de muita luta e resistência.

“As entidades têm de se organizar e ir para o enfrentamento. Não é o momento de fazer conciliação de classe. Temos de disputar com as entidades patronais, organizar a base e fazer debates com a categoria porque vivemos tempos muito difíceis.”

Fonte: CUT

Política de juros do Santander é classificada como crime de lesa-pátria



RBA - Editorial do Jornal do Brasil publicado na última quinta-feira (26), intitulado Santander, a espoliação consentida, faz duras críticas ao banco da espanhola Ana Botin. A publicação, que no dia anterior havia mostrado números fornecidos pela própria instituição financeira, afirma que o lucro apresentado é um escárnio para a economia do país, que permite e legaliza a agiotagem praticada por um oligopólio que cobra, legalmente, taxas de até 20% ao mês de quem produz e trabalha, em um país diante da falência da saúde, da segurança pública e da estagnação da economia.

O editorial desmente o argumento da alta inadimplência e dos altos impostos cobrados no Brasil para justificar os juros extorsivos – 14% ao mês –, já que a taxa de maus pagadores no Brasil é menor que na Espanha, assim como as alíquotas de impostos. E lá a taxa de juros é de 4% ao ano.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

E expõe indignação quanto a inércia dos brasileiros, que não reagem. “Se reagíssemos, a história seria outra, com certeza. Em qualquer parte do mundo onde se pratica o sistema capitalista, a população e as empresas já teriam deixado de pagar dívidas ao banco, forçando a paralisação de suas atividades, tendo, como lastro para uma “desobediência devedora”, o crime de lesa-pátria, praticado pelo Santander contra a economia popular e contra toda a nação brasileira”, destaca o editorial, que prossegue: “Se o Congresso não nos defende da usurpação, temos certeza de que a Justiça acolheria o drama que vivemos, com a exploração dos três bancos que praticam agiotagem contra milhões de brasileiros e à economia nacional”.

O editorial lembra ainda que o Banco Central lava as mãos, o Congresso, que poderia propor medidas, silencia, e que o Carf perdoou dívidas fiscais da ordem de R\$ 40 bilhões, sendo o Itaú perdoado em R\$ 25 bilhões no ano passado.

Os editores afirmam também que o “lucro criminoso” do banco espanhol não é competência exclusiva, e que, em reportagens futuras, mostrará que o Itaú e o Bradesco também atentam contra a economia nacional e o povo brasileiro.

Fonte: Rede Brasil Atual (RBA)

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF